

# Prisão e foro ampliam atritos entre Congresso e STF

Câmara adiou votação da detenção do deputado Chiquinho Brazão e prepara reação a possível novo entendimento sobre local de julgamento de parlamentares, em cenário de tensão que inclui também divergências a respeito do marco temporal

GABRIEL SARÓIA E MARIANA MUNIZ  
gabriel.sarويا@globo.com.br  
mariana.muniz@globo.com.br

Dos episódios recentes acirramos os ânimos de parlamentares sobre a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) e ampliaram o leque de desgastes entre Legislativo e Judiciário. O primeiro deles foi a prisão, determinada pelo ministro Alexandre de Moraes, do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RL), apontado como um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco. O outro foi o avanço do julgamento, que pode ampliar o foro especial de deputados e senadores para depois do fim do mandato. A análise do tema foi interrompida na sexta-feira com o placar de 5 a 0 a favor da extensão.

A insatisfação de parlamentares vem se acumulando. No início de fevereiro, na volta do recesso, líderes partidários levaram ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a ideia de aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição para blindar congressistas de medidas judiciais. A chamada PEC da Blindagem prevê, entre outros pontos, exigir autorização do Congresso para o início de apurações contra parlamentares e acabar como foro privilegiado de congressistas, na contramão do que o STF caminha para decidir.

A iniciativa, que ainda não saiu do papel, tinha como patrono de fundo operações da Polícia Federal, autorizadas pelo STF, contra os deputados Carlos Jordy (PL-RI) e Alexandre Ramagem (PL-RL). Nas duas ocasiões, agentes da PF vasculharam os gabinetes dos parlamentares na Câmara em busca de provas. Líder do partido de Lira na Câmara, Dr. Luizinho (PP-RL) diz que o tema segue em debate:

— Há uma preocupação unânime entre os líderes pelo respeito ao exercício dos mandatos. Estamos tentando encontrar um meio-termo.

Enquanto isso, parlamentares da direita cobram que Lira se posicione de forma mais enfática em defesa da classe e contra o que chamam de “abusos” da Corte contra integrantes da oposição. Eles sustentam que as operações policiais são parte da perseguição política contra aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Neste contexto, o adiamento da análise da prisão de Brazão, após um pedido de vista



Tensão. Plenário da Câmara: insatisfação de parlamentares com o STF vem se acumulando desde o ano passado e é esboçada em formas de reduzir poderes da Corte

## CHOQUES ENTRE OS PODERES

Atuação do Supremo desencadeou respostas no Congresso

### INSATISFAÇÃO

Deputados se incomodaram com o tratamento dado ao colega Chiquinho Brazão, preso por suspeita de ser o mandante do assassinato de Marielle Franco.

Além disso, como revelou o colunista Lauro Jardim, deputados ficaram especialmente irritados com um detalhe na prisão de Chiquinho Brazão: ao desembarcar em Brasília do avião da PF, o parlamentar e seu irmão, o conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, estavam algemados, o que não aconteceu com o delegado Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil e também acusado de envolvimento no planejamento de crime.

Além disso, como revelou o colunista Lauro Jardim, deputados ficaram especialmente irritados com um detalhe na prisão de Chiquinho Brazão: ao desembarcar em Brasília do avião da PF, o parlamentar e seu irmão, o conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, estavam algemados, o que não aconteceu com o delegado Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil e também acusado de envolvimento no planejamento de crime.

### REAÇÃO

Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil, que também foi preso suspeito de participar do planejamento da morte da vereadora. Sem comentar qualquer possibilidade de “revanchismo” em relação ao STF, Lira afirmou na terça-feira, quando a análise foi adiada, que a prisão de Brazão é um caso “sensível” para os deputados e será tratado “com cuidado”.

Já em relação ao julgamento que muda o atual entendimento sobre foro privilegiado, deputados da oposição já preparam uma contraofensiva no Congresso. Enquanto o

STF caminha para ampliar as possibilidades que uma autoridade terá seu caso julgado na Corte, a atenção de parlamentares é colocar em votação uma PEC que restringe a

atribuição do STF para analisar crimes de apenas cinco pessoas: o presidente da República, o vice-presidente e os chefes da Câmara, do Senado e do próprio STF.

Mas, se hoje a tensão do Congresso com o STF se concentra na Câmara, no ano passado o foco estava no Senado, que chegou a aprovar uma PEC que limita as deci-

sões tomadas individualmente por ministros do Supremo. A iniciativa passou por dois turnos com o mesmo placar, 52 votos favoráveis e 18 contrários. A proposta, entretanto, não foi levada por Lira ao plenário da Câmara, apesar de pautada e defendida publicamente pelo presidente da Casa vizinha, Rodrigo Pacheco (PDS-MG).

O pacote anti-STF no Senado inclui ainda a PEC que limita o mandato de ministros da Corte, também defendida por Pacheco. A proposta aguarda para ser votada no CCJ do Senado. A mesma comissão aprovou no mês passado, em reação à retomada do julgamento do STF sobre a descriminalização do porte de maconha para uso pessoal, um projeto de Pacheco que leva para a Constituição a definição de que é crime possuir ou portar drogas, independentemente da quantidade.

Na outra ponta, ministros do Supremo minimizam os conflitos e dizem que se limitam a julgar as questões que chegam à Corte. Os magistrados entendem que embora a elaboração da pauta de julgamentos tenha componentes políticos — ora atendendo a interesses do Executivo, ora exercendo o controle para que o Legislativo não cancele determinados assuntos — é preciso que os processos que chegam ao tribunal sejam analisados, sob pena de inconstitucionalidade.

Por isso, uma ala de ministros minimiza as reações do Congresso e pontua que este tipo de disputa sempre ocorreu, especialmente em momentos em que a Corte ganha mais protagonismo. Segundo este entendimento, a relação entre Congresso e STF está sempre se equilibrando em momentos de maior ou menor afinidade.

Em outro lance, Congresso e o Judiciário tiveram entendimentos diferentes sobre o marco temporal para a demarcação das terras indígenas. O STF considerou a tese inconstitucional, mas em seguida os parlamentares aprovaram um projeto neste sentido. O texto foi votado pelo presidente Lira, mas os congressistas derrubaram o veto. O início do julgamento sobre a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação também provocou incômodo no Congresso.

Na outra ponta, ministros do Supremo minimizam os conflitos e dizem que se limitam a julgar as questões que chegam à Corte. Os magistrados entendem que embora a elaboração da pauta de julgamentos tenha componentes políticos — ora atendendo a interesses do Executivo, ora exercendo o controle para que o Legislativo não cancele determinados assuntos — é preciso que os processos que chegam ao tribunal sejam analisados, sob pena de inconstitucionalidade.

Por isso, uma ala de ministros minimiza as reações do Congresso e pontua que este tipo de disputa sempre ocorreu, especialmente em momentos em que a Corte ganha mais protagonismo. Segundo este entendimento, a relação entre Congresso e STF está sempre se equilibrando em momentos de maior ou menor afinidade.

Em outro lance, Congresso e o Judiciário tiveram entendimentos diferentes sobre o marco temporal para a demarcação das terras indígenas. O STF considerou a tese inconstitucional, mas em seguida os parlamentares aprovaram um projeto neste sentido. O texto foi votado pelo presidente Lira, mas os congressistas derrubaram o veto. O início do julgamento sobre a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação também provocou incômodo no Congresso.

Na outra ponta, ministros do Supremo minimizam os conflitos e dizem que se limitam a julgar as questões que chegam à Corte. Os magistrados entendem que embora a elaboração da pauta de julgamentos tenha componentes políticos — ora atendendo a interesses do Executivo, ora exercendo o controle para que o Legislativo não cancele determinados assuntos — é preciso que os processos que chegam ao tribunal sejam analisados, sob pena de inconstitucionalidade.

Por isso, uma ala de ministros minimiza as reações do Congresso e pontua que este tipo de disputa sempre ocorreu, especialmente em momentos em que a Corte ganha mais protagonismo. Segundo este entendimento, a relação entre Congresso e STF está sempre se equilibrando em momentos de maior ou menor afinidade.

Em outro lance, Congresso e o Judiciário tiveram entendimentos diferentes sobre o marco temporal para a demarcação das terras indígenas. O STF considerou a tese inconstitucional, mas em seguida os parlamentares aprovaram um projeto neste sentido. O texto foi votado pelo presidente Lira, mas os congressistas derrubaram o veto. O início do julgamento sobre a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação também provocou incômodo no Congresso.

Na outra ponta, ministros do Supremo minimizam os conflitos e dizem que se limitam a julgar as questões que chegam à Corte. Os magistrados entendem que embora a elaboração da pauta de julgamentos tenha componentes políticos — ora atendendo a interesses do Executivo, ora exercendo o controle para que o Legislativo não cancele determinados assuntos — é preciso que os processos que chegam ao tribunal sejam analisados, sob pena de inconstitucionalidade.

Por isso, uma ala de ministros minimiza as reações do Congresso e pontua que este tipo de disputa sempre ocorreu, especialmente em momentos em que a Corte ganha mais protagonismo. Segundo este entendimento, a relação entre Congresso e STF está sempre se equilibrando em momentos de maior ou menor afinidade.

Em outro lance, Congresso e o Judiciário tiveram entendimentos diferentes sobre o marco temporal para a demarcação das terras indígenas. O STF considerou a tese inconstitucional, mas em seguida os parlamentares aprovaram um projeto neste sentido. O texto foi votado pelo presidente Lira, mas os congressistas derrubaram o veto. O início do julgamento sobre a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação também provocou incômodo no Congresso.

## Deputados fazem recesso informal para tratar de eleições

Parlamentares priorizam negociações nos últimos dias de janelas partidárias

GABRIEL SARÓIA  
gabriel.sarويا@globo.com.br

A Câmara dos Deputados começou ontem uma espécie de recesso informal de uma semana para que parlamentares possam se dedicar a negociações eleitorais nos últimos dias de janelas partidárias, que se encerra na próxima sexta-feira. Com isso, o feriado de Páscoa foi estendido, conforme pleiteado pelos líderes de legendas. O pre-

sidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), suspendeu as sessões em comissões e o plenário neste período.

Matérias que seguem sem acordo entre a Câmara e o governo só poderão ir a plenário a partir da segunda semana deste mês. Outros temas importantes que ainda precisam de análise também terão de esperar. Entre eles está a análise da prisão do deputado Chiquinho Brazão por suposto envolvimento

no assassinato da vereadora Marielle Franco. A prisão preventiva de Brazão precisa do aval da Câmara, mas o caso ainda não foi analisado nem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

**PAUTA DE SENADO** A janela partidária é um período no qual vereadores, no caso deste ano de eleição municipal, estão autorizados a mudar de sigla sem perder o mandato por inli-

delidade. O plano dos deputados é fechar acordos com pré-candidatos a prefeito e às câmaras municipais.

A Câmara também costuma fazer um recesso informal em junho, durante as festas juninas. Nesse período os deputados do Nordeste costumam voltar para seus redutos eleitorais.

Já no Senado, a expectativa é que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das Drogas seja votada em primeiro turno no plenário. A matéria, aprovada por ampla maioria na Co-



Acordo. Lira suspendeu as sessões das comissões e o plenário esta semana

missão de Constituição e Justiça, foi apresentada pelo senador Rodrigo Pacheco (PDS-MG), presidente da Casa. O texto determina que a posse ou o porte de entorpecentes configura crime, independentemente da quantidade. São necessários 49 votos de senadores em dois turnos para a Proposta de Emenda à Constituição ser aprovada e seguir para análise da Câmara dos Deputados.

O relator da proposta, senador Efraim Filho (União Brasil-PB), acrescentou ao texto a garantia de que a distinção entre usuário e traficante deve ser respeitada pelo poder público, com penas alternativas à prisão e oferta de tratamento para usuários com dependência química.